

TRANSFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO

Rejane de Medeiros Cervi*

A realidade da Educação Comparada nos currículos de formação de professores e especialistas em educação, no Brasil, reflete uma frágil institucionalização daquela matéria apesar da potencial força crítica de suas abordagens. Os estudos comparados que, no passado, serviram de pretexto argumentativo para justificar a importação por imitação (seu teor descritivo reforçava o efeito de demonstração), hoje, pela evolução de sua condição metodológica, pode redimir o uso acríptico de seus resultados.

O interesse político da Educação Comparada, na atualidade, se justifica pelas tentativas de **explicação complexa** sobre as semelhanças formais e de conteúdo entre sistemas educacionais distintos. Tal postura sugere a ratificação de dois momentos evolutivos dos estudos comparados no campo da educação:

1. A partir da superação do caráter de observação pessoal, os estudos comparados foram enriquecidos por uma intenção política, em esfera nacional, de aproveitamento das informações sobre a educação estrangeira. Neste momento é possível demonstrar que os estudos comparados passaram a servir de subsídio a um movimento de "ordenação nacional". Ou seja, no afã de sistematizar o ensino público (nacionalização dos sistemas de ensino), os estados experimentaram uma curiosidade política responsável pela geração de um fluxo de viajantes comissionados, incumbidos de reproduzir "impressões" sobre as organizações educacionais estrangeiras. Como

conseqüência, verificou-se uma implantação de soluções educacionais parciais, de cunho "melhorativo", objetivo latente e, muitas vezes declarado, das lideranças sócio-educacionais sobre este tipo de intercâmbio. A fase dos "empréstimos", reconhecida pelos teóricos da Educação Comparada, caracterizou os estudos comparados, nesta motivação, de forma particular no século XIX e princípio do século XX, corroborando, já nesta época, no Brasil, com o movimento da renovação pedagógica.

2. No segundo momento, os efeitos do movimento internacionalista pós-primeira Grande Guerra, e da ordenação mundial contemporânea, superpuseram uma dimensão política internacional aos estudos comparados em educação. A criação da Comissão de Cooperação Intelectual (1921), do Bureau Internacional de Educação (1925) e da UNESCO (1945) deram a margem institucional respectiva. Os estudos comparados, então, produziram classificações úteis para uma visão descritiva mundial global da educação. Avançaram os exercícios de standartização da informação, a assistência técnica e financeira internacional e a integração mundial do planejamento educacional. O estudo das correntes e tendências educacionais emolduraram a era das reformas e das "coincidências" nas políticas educacionais nacionais de todo o mundo, particularmente nas décadas de 60 e 70.

É a partir da década de 70, também, que a Educação Comparada passa a se interessar, precisamente, por interpretações mais críticas a respeito das correspondências entre os sistemas educacionais nacionais, propiciando a consolidação de um novo domínio de estudo por ora identificado como **educação internacional**. Tal domínio vem oportunizando, entre outras análises, a reconstrução da prática de intercâmbio pedagógico internacional, de onde se pode obter uma orientação para a consideração de um campo institucional internacional da educação, com fundamento em um critério analítico calcado no reconhecimento

* Doutora em Educação Comparada pela Universidade Central de Barcelona. Professora da Universidade Federal do Paraná – Setor de Educação.

da intencionalidade daquela prática (de intercâmbio).

Dependência e interdependência em educação, pedagogia internacional, cooperação técnica internacional, transferência em educação etc., constituem objeto da Educação Comparada neste domínio, e seus paradigmas analíticos apenas se esboçam no presente*.

É dentro desta perspectiva internacional, pois, pelo momento, que cabe discutir a "transferência em educação" e com este objetivo apresentamos o presente artigo.

COMO PENETRAR NO ESTUDO DA TRANSFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO?

A revelação do fenômeno da transferência em educação se faz possível numa condição metodológica de **recontextualização da educação e da pedagogia**. A transferência em educação não existe de "per si". Tal entendimento supera, de plano, a redução metodológica, corrente nos estudos comparados, a um paralelo de fatos ordenados por um *tercius comparationes*. A transferência em educação é objeto da Educação Comparada enquanto conteúdo explicativo das determinações que alteram ou reforçam as peculiaridades dos sistemas educacionais. É preciso acrescentar, ainda, que essa condição de recontextualização implica na explicitação de um contexto de transnacionalidade de vez que a prática educativa ocorre, cada vez mais, em circunstância de extrema complexidade. Neste caso, tal complexidade resulta de uma **sfncrese de determinações**, cujas origens e limites são os mais remotos e aleatórios (para não reduzi-la ao conceito de arbitrariedade estranha).

¹ MEDEIROS CERVI, Rejane. **La perspectiva internacional en el area de la educación**. Barcelona, Universidade de Barcelona, 1981. (Tese doutorado)

* Ver na literatura: Carnoy, Altbach, Kelly, Black, Ashby, Goodenough, Debeauvais, Furter, Arnove, Marquez. Está anunciada, pela Holmes & Meier Publishers, Inc, NY e London, uma série de 12 volumes sobre a transferência entre nações e regiões, sob orientação editorial de Robert Cowen e Ronal K. Goodenough, da Universidade de Londres e do Trinity College de Connecticut, respectivamente.

Também entendemos que, muito embora a prática educativa seja nor-teada por uma ação intencional local, que pretende fazer da ação de educar uma "variável interveniente que às determinantes da vida social se junta, podendo fazê-las variar em seu resultado final"², a imunidade política das definições implicadas nesse nível mais restrito é questão a discutir. A tese da escola como "reflexo social", condicionada pela crença de ampla autonomia e conseqüente particularidade, supõe uma autodeterminação institucional que, nem a lei, nem a capacitação dos quadros, e nem a mobilização comunitária, têm podido favorecer de forma intransponível.

A partir do exposto, parece-nos viável estabelecer três ordens de intenção ou posicionamento para penetrar no estudo da transferência em educação, sem deixar de garantir a exigência metodológica de recontextualização da educação num eixo transnacional³: posicionamento teórico, posicionamento ideológico e posicionamento prático ou utilitário.

No primeiro, destaca-se a intenção cognitiva do estudo da transferência, voltada à revelação e explicação de regularidades detectáveis no fenômeno "transferência". No segundo, a dimensão crítica do estudo impõe o questionamento da racionalidade social no processo da transferência. Por último, a intenção de particularização do estudo da transferência implica uma análise da peculiaridade funcional do transferido, isto é, do que é importado ou exportado e adotado ou adaptado.

A caracterização do processo da transferência e o estudo de suas implicações culturais, políticas, econômicas, geopolíticas etc., apresentam necessária interdependência, pelo que se insinua sobre ele o caráter de transdisciplinaridade.

² LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao estudo da Escola Nova**. São Paulo, Melhoramentos, 1963. 250p.

³ A categoria do "transnacional" foi retomada por Pierre Furter da obra de MEISTER, Albert. **L'inflation créatrice**: essai sur les fonctions sociopolitiques de l'inflation. Paris, PUF, 1975.

A transferência, tida como variável dependente no processo social, ultrapassa o sentido de recurso de atualização e de otimização da prática educativa. O complexo de determinações que rege a transferência em educação é produto, por sua vez, de condições histórico-culturais e, na sua implementação, de condições macroeconômicas.

A visibilidade do fenômeno da transferência, por isso mesmo, não é fácil e não esgota fatores e efeitos. O resgate da visibilidade máxima da transferência esbarra em dificuldades oriundas não só do caráter difuso das transações que suportam a transferência (contexto de transnacionalidade), como da inacessibilidade à obtenção de informações, em razão de que a prática das importações, na sua mais íntima intencionalidade política, constitui, sempre, uma área crítica e, por que não dizer, de "segurança", quando se trata de países subjugados.

Desde o ângulo do posicionamento teórico, que é o ângulo que pretendemos privilegiar, tarefas prévias precisam ser cumpridas. Entre elas, o cotejamento e a adoção de uma definição de transferência. Podemos perguntar, inicialmente, que relação conceitual pode ser demonstrada entre transferência e influência, transplante, transposição, importação e exportação, transsubstanciação, substituição, imitação, intervenção, penetração, influxo, negociação, coopção, transplantação, empréstimo, intercâmbio?

Etimologicamente, transferência é a ação-resultado de transferir, mudar; supõe a passagem de qualquer objeto de uma pessoa para outra, troca, permuta, substituição, transposição.

Mas é preciso explorar mais o entendimento do nosso problema. No conhecimento científico, o conceito desempenha um papel central na medida em que permite estruturar o real⁴. Tentemos, pois, desvelar alguns dos componentes essenciais ou regularidades do fenômeno da transferência em educação:

⁴ PREJSWERCK, s.l., s.ed., 1980.

a) A transferência, como já dissemos, não existe de "per si". Ela é produto de relações implícitas e explícitas que ocorrem em um complexo processo social.

b) Estas relações supõem a consideração de "fronteiras sociais" e a noção de fronteira social, por sua vez, implica na manipulação de uma subnoção de "espaço social". Em seu sentido mais amplo, o espaço social é "determinado por uma rede complexa de um conjunto de pontos somados numa série de outros espaços (topográfico, biológico, antropológico, espaço tempo, espaço econômico, geográfico, demográfico, cultural etc.)⁵.

c) A divisão do espaço social modifica-se necessariamente ao largo da história, à medida em que o próprio espaço histórico-social se modifica. A conversão do espaço geográfico em espaço social é produto de uma dialética de poder, que explica a feição assimétrica das relações entre as unidades sociais e se correlaciona com a maior hierarquização e verticalidade das relações. A configuração do espaço desigual constitui a base da desigualdade do espaço político e do processo de polarização, que reproduz influências expansionistas mediante relações de gestão do poder ou dominação⁶.

d) A transferência em educação emerge deste contexto de desigualdade espacial e dá-se, pois, por efeito de uma hierarquização planetária, que descaracteriza, de forma constante, qualquer relação de reciprocidade.

e) A transferência foi, neste contexto e inequivocamente, uma ferramenta a serviço da modernização forçada e persuasiva dos setores periféricos, sob inspiração da ideologia difusionista das décadas passadas.

f) Os mesmos fatores que condicionaram a institucionalização do cam-

⁵ MEGALE, J. F. Espaço social na geografia e na sociologia. *Ciência e Cultura*, São Paulo, 32(6):695-8, jun. 1980.

⁶ MEDEIROS CERVI, Rejane. op. cit.

po internacional da educação constituíram o pano de fundo e a justificativa da transferência neste setor: o expansionismo, o integracionismo, o desenvolvimento científico e tecnológico, as migrações e os ensaios de ordem internacional.

- g) A transferência em educação é, sempre, um ato político com conteúdo pedagógico. É bem verdade que, remotamente, essa transferência se restringiu à realidade concreta dos contatos culturais. Mais amplamente, a transferência se apresentou como componente dos processos de ocupação militar, comercialização, migrações individuais ou de massas, turismo e diplomacia, como fruto de colonialismo ou imperialismo e, hoje, ela se estende como matéria de transferência tecnológica, de assistência e de cooperação internacional, e de inovação e de mundialização.
- h) Enquanto ato político elaborado, a transferência se concretizou pela adoção intercomplementar de estratégias e canais, tais como as políticas e as gestões tecnológicas nacionais, os planos de *marketing* das multinacionais, as políticas internacionais das organizações governamentais àquele nível, as políticas de inversões transnacionais, a política diplomática, as migrações das elites e as políticas científicas nacionais e a nível das empresas privadas. O alcance das estratégias, contudo, tem apresentado variações em razão do caráter isolado dos conteúdos transferidos, da adoção de modelos preferíveis ou da submissão irrestrita à influência externa, segundo o caso.
- i) Os conteúdos que constituem regularmente matéria de transferência incluem tanto as "formas de educar" ou processos, os programas, os textos didáticos, os microfílmes e outros materiais ou "produtos", quanto "serviços" (cursos, escolas, consultorias e informações) e "representações" (valores, conceitos, modelos), que não raramente, se tornam artificiais e superficiais na contingência da adoção.
- j) Os canais da transferência — educação formal, formação especial, formação permanente ou aperfeiçoamento e edição de revistas e material de referência — não se apresentam de todo permeáveis. Es-

tudos específicos demonstraram que a diversidade do público fragmenta o mercado potencial da transferência e que outros obstáculos, entre eles o *establishment* educativo (basicamente o corpo docente), o controle governamental, as barreiras lingüísticas e a reação nacionalista, fazem frente a certas penetrações pretendidas por pólos exógenos.

- l) A avaliação da transferência está em aberto. Há uma indiscutível permanência de uma postura genericamente acrítica. Entretanto, destacam-se expressões conscientes de resistências e de reivindicação de abertura ao profissional da educação para participação nos circuitos técnicos da importação de conhecimentos. Empresas privadas, estabelecimentos de ensino superior, instituições de pesquisa científica e órgãos públicos de pesquisa estão vocacionados para aquela avaliação.
- m) Um dos aspectos a ser avaliado é o favorecimento das transferências, que decorre, na atualidade, do interesse pela novidade e pela predisposição do "elitismo cultural". Mas o processo da transferência e a consolidação do adotado podem ser analisados, também, paralelamente aos estágios de difusão científica e de política tecnológica.

Basalla (1967), interpretando os estágios de difusão científica, identifica três tipos de sociedade: 1º) na sociedade denominada por ele de não científica, a ciência européia constituiu fonte exclusiva da difusão científica; 2º) a partir das atividades científicas dependentes de instituições e tradições de uma nação com cultura científica estabelecida consolida-se a sociedade com uma ciência colonial (e aqui se situa o caso brasileiro); e 3º) a tradição científica independente caracteriza a sociedade autônoma.

A educação brasileira, desde os seus primórdios, constituiu recurso implícito de uma política voltada à extensão da exploração colonial. Esta relação sofreu modernização e complexidade no presente século e a sua condição de "recurso implícito" tem variado segundo a maior ou menor assunção oficial das implicações das decisões educacionais restritas tanto quanto das decisões adstritas a outros seto-

res que promovem a demanda social por formação. Aliás, é mesmo por aí que se explica a notável evolução do sistema paraescolar no Brasil.

Gonod (BIRD, 1979) identificou estágios de política tecnológica segundo o nível de consciência da importação. Sua graduação parte da caracterização de situações de *laissez-faire* e de *laissez-passer* (onde a importação tecnológica é indiscriminada, anárquica), passa pelos contornos de uma política defensiva e chega ao completo controle dos problemas de transferência após amadurecer estratégias de negociação e abertura para a cooperação internacional, com base em processos de "filtragem" e de diplomacia técnica. Em que estágio estamos? Não há total controle sobre a transferência em educação como se supõe que exista em relação à transferência tecnológica. Esta é paga em tempo hábil e em *royalties*, flui por canais contornáveis e supõe, por isso mesmo, estudos de viabilidade. A matéria em educação apresenta outras dificuldades. Entretanto, o Japão nos dá farta ilustração da exequibilidade de uma política de importação seletiva (Reforma Meiji).

É nossa hipótese que o caráter difuso das transações no campo da educação dá margem à apropriação clandestina e ingênua, muitas vezes, de soluções parciais, exitosas em contextos estrangeiros.

- n) Apesar da nossa insistência no caráter difuso de transferência em educação, entendemos que ela pode se apresentar de forma ostensiva, visível, direta e expressa, como é o caso registrado pelos acordos bilaterais ou multilaterais. A manifestação ostensiva da transferência está na razão direta da existência de contratos e execução por convênio ou assistência. O Plano Atcon (1965) e o Acordo MEC-USAID ilustram o caráter expresso de um processo de transferência. Por outro lado, a transferência em educação pode se fazer de forma mais ou menos oculta, latente, invisível e indireta. Localizar ambas as formas de transferência significa localizar os seus agentes — a *intelligentsia*.
- o) As análises de cunho ideológico têm buscado resgatar a visibilidade da função de transferência em educação, defrontando a racionalidade

de técnica, subjacente à importação, à racionalidade social, em seu rendimento em termos de identidade e recuperação cultural e da superação das relações de dependência. A análise das coincidências na evolução dos sistemas educacionais nacionais, por exemplo, fornece hipóteses para o estudo da transferência e respectiva detecção de pólos periféricos.

Qual tem sido o papel da transferência em educação na gestão tecnológica e nos processos de inovação na sociedade brasileira? Que relações se apresentam entre a transferência em educação e a comercialização de tecnologias? Como se situa a política educacional brasileira no movimento contemporâneo da mundialização?

Muitas questões podem, ainda, ser pertinentes, e muita tarefa há pela frente se quisermos contestá-las. Quer-nos parecer que algumas investidas vêm sendo consolidadas, como é o caso do estudo das inovações.

- p) A transferência, enquanto prática, é mais remota que o emprego do termo "inovação", surgido há pouco mais de duas décadas. Contudo, a inovação, hoje, é um dos principais móveis da transferência e a própria justificativa para legitimação do ato de copiar ou de adaptar com alguma originalidade. O interessante é o fato de que os ensaios de originalidade sejam patrocinados por agentes exógenos. O uso dos *media* como suporte/forma da educação, na zona rural africana, ainda não garantiu a ruralização da educação, inclusive pelo problema de compatibilização da linguagem daquela forma pedagógica.

Faz-se necessária uma profunda reflexão quando se depara com um planejador que, de peito estufado e olhar orgulhoso, afirma que "lá longe, onde o correio não chega e o subdesenvolvimento e a participação estão no limite da insipiência, chegaremos com a tecnologia mais avançada para fazer uma educação mais competente...", ou quando os órgãos centrais da administração escolar encetam campanhas de reciclagem dos professores "leigos", ou quando não se mede a inversão em experiências-piloto irrealísticas.

O que está por trás da transferência como recurso de inovação? Qual é a postura filosófica que direciona os riscos pelas mudanças verticais? Quais as determinações sociológicas da transferência em educação? Qual a correspondência entre a psicologia da modernização e a transferência em educação? São os países do Terceiro Mundo o alvo necessário da ação cultural dos povos industrializados? Qual é o ânimo e o compromisso dos peritos no seio das organizações internacionais promotoras de processos de transferência? Quais os limites possíveis entre a cooperação internacional e a transferência em educação? Como se pode notar, as questões brotam indefinidamente.

- q) Watterlat (1976) enriquece o estudo da transferência ao sistematizar o que chamou de "regionalização" ou classificação do mercado para a comercialização, em sua obra **Multinacionais e os Sistemas de Comunicação**. Para aquele autor, os países desenvolvidos são mais sensíveis aos programas de *multimedia* de educação permanente e aperfeiçoamento de adultos. Este mercado é estável, por exemplo, na Suécia, no Canadá, na África do Sul, na Nova Zelândia e na Austrália. Já os países semidesenvolvidos se inclinam a programas que visem suprir suas necessidades de formação técnica e profissional. Por fim, em sua classificação, caracteriza os países subdesenvolvidos como clientes potenciais de toda a gama de produtos e serviços⁷.
- r) Opostamente à "regionalização" do mercado da transferência, mas não excludente, situam-se as manifestações educativas da mundialização. É possível identificar efeitos universalizantes da difusão da tecnologia moderna e a difusão unilateral de modelos e normas. Escolas internacionais e assistência técnica internacional alimentam a

unificação da clientela e a monopolização dos materiais e conteúdos transferidos.

Na mesma linha da mundialização, a prospectiva se insere e alimenta a justificativa da transferência numa perspectiva globalizante, baseada na extrapolação de necessidades consideradas fundamentais. Os estudos de futurologia em educação, tão em moda na América do Norte e em alguns países da Europa, excluem as desigualdades e as reivindicações das realidades nacionais, em sua particularidade.

Por fim, os tópicos arrolados como guia para penetrar no estudo da transferência em educação traduzem uma seleção preliminar dentro de uma linha de preocupações que não anula a importância ou desconsidera a irreversibilidade do processo de transferência, porque acreditamos, com Merle⁸, que "todo fenómeno de solidariedad que se manifiesta en el plano internacional entre diferentes interlocutores sociales, confesionales, profesionales o ideológicos, puede desembocar en la constitución de un polo de influencia...". Desta forma, e por outras razões, os países estão condenados ao entendimento e ao compartilhar de suas diferenças culturais, políticas e econômicas.

Transferência em educação? Sim, com restrições. É preciso projetar a máxima impunidade para a transferência de conhecimentos entre as nações. A idéia de descentralizar o capital científico com menos ônus para as periferias associada à tese do desenvolvimento endógeno, propugnada pela UNESCO⁹ como plataforma de cooperação internacional na atualidade, é uma proposta bonita, embora um tanto ambígua, como ambíguo é o termo transferência, mas menos hostil, quem sabe.

⁷ WATTERLAT, A. **Multinacionais e sistemas de comunicação**. São Paulo, Ciências Humanas, 1976.

⁸ MERLE, Marcel. **Sociología de las relaciones internacionales**. Madrid, Alianza Editorial, 1978.

⁹ UNESCO. **DOMINAR o compartilhar?** Paris, UNESCO, 1983.